



O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A ESCOLA PRIMÁRIA NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1930

Maria Vitória Ferreira Dias

maria.vitoria.dias@aluno.uepb.edu.br

Graduanda em Geografia pela Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus III.
Bolsista PIBIC/UEPB/CNPq (2022 - 2023).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0209-3865>

Angélica Mara de Lima Dias

angelicadias@servidor.uepb.edu.br

Doutora em Geografia e Professora do
Departamento de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus III.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5568-5401>

RESUMO

A década de 1930 no Brasil se configurou como momento de transformação em diversas esferas - social, política, econômica, educacional etc. - em que o então presidente Getúlio Vargas almejava uma nação moderna, urbana e industrial. Assim como o restante do país, o estado da Paraíba não ficou de fora das renovações advindas com a modernidade. No que se refere mais precisamente a renovação educacional, o movimento da Escola Nova adentrava ao estado da Paraíba, imputando ao ensino, um panorama de novas diretrizes educacionais. Nesse sentido, a Revista de Ensino da Paraíba (1932 - 1942), impresso pedagógico oficial, criado a partir do projeto de renovação do estado, visava a orientar os professores primários, diante das reformas e transformações no âmbito educacional, tornando-se uma estratégia de formação de professores. Nesse ínterim, a Geografia, enquanto disciplina escolar, mostrava-se importante para a compreensão do momento vivido de expansão urbana e industrial, bem como para despertar nos indivíduos um sentimento patriótico. Sendo assim, analisamos o papel da Revista do Ensino (PB) na formação de professores para ensinar Geografia na escola primária paraibana em seu período de circulação, e nos utilizamos do periódico supracitado como fonte principal de pesquisa. Como resultados, entendemos aspectos importantes da formação docente e do próprio ensino de Geografia em um período em que ainda não existiam cursos superiores de formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE

Renovação educacional, Ensino Primário, Geografia Escolar.

THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND PEDAGOGICAL TRAINING FOR ELEMENTARY SCHOOLS IN THE 1930S AT PARAÍBA

ABSTRACT

The 1930s in Brazil were composed by a moment of transformation in several areas - such as, social, political, economic, educational, etc. - in which the current president Getúlio Vargas aimed for a modern, urban, and industrial nation. Just as the rest of the country, the state of Paraíba was not sat out of the renovations that came with modernity. With regard more precisely to educational renewal, the Escola Nova movement entered the state of Paraíba, assigning to teaching a panorama of new educational guidelines. In this perspective the *Revista de Ensino da Paraíba* (1932 - 1942), an official pedagogical publication created from the state's renovation project, aimed to guide primary school teachers in the face of reforms and transformations in the educational sphere, becoming a teacher training strategy. Consequently, Geography, as a school subject, proved to be important not only for understanding the moment of urban and industrial expansion, but also to inspire a patriotic feeling in people. Therefore, we analyzed the role of *Revista do Ensino* (PB) in the training of teachers to teach Geography in primary schools in Paraíba during its period of circulation, and we used the previously mentioned journal as the main source of research. As a result, we understand important aspects of teacher training and the teaching of Geography itself in a period when there were not graduation courses program for teachers.

KEYWORDS

Educational Renewal, Primary school, School Geography.

Introdução

Na década de 1930 no Brasil, em uma época de significativas transformações no âmbito social, político e econômico, a educação concebia novos objetivos e adentrava num processo dinâmico, conferenciando novas práticas e saberes, logo, a formação do professor considerava novas vertentes pedagógicas. O ensino de Geografia, a partir desse momento, passa a ser conduzido sob novos prismas, a partir de prescrições que orientavam a articulação dos aspectos físicos e humanos, além de aproximar os conteúdos desta disciplina escolar para a realidade da criança.

Nesse sentido de reorientação da prática pedagógica, as *Revistas de Ensino* foram uma forma de impresso periódico que circularam no Brasil, principalmente no período supracitado, que buscavam formar e conformar o professorado frente aos pressupostos da modernidade pedagógica (DIAS, 2021). Sendo assim, caracterizavam-se como importantes ferramentas metodológicas que delineavam a pedagogia moderna de acordo com o contexto social e político pretendido para a sociedade. Nesse ínterim, o estado da

Paraíba, não ficou de fora da atmosfera de modernidade educacional e também criou a uma revista de ensino para o estado, com finalidade de atender os professores do ensino primário frente as mudanças exigidas no momento.

Nesse contexto de modernidade e modernização, o governo do período, representado pelo então presidente Getúlio Vargas, buscava tornar o Brasil uma nação moderna, urbana e industrial, para tanto, entendia a educação como um dos pilares para alcançar tal propósito. O quesito da nacionalidade, neste período, ainda se mostrava como problemática e algumas disciplinas escolares, com mais ênfase, foram vistas como capazes de difundir um sentimento nacional, dentre elas, a Geografia.

Sendo assim, temos neste texto o objetivo de analisar o papel da *Revista do Ensino* (PB) na formação de professores para ensinar Geografia na escola primária paraibana em seu período de circulação, visando entender a Geografia proposta na década de 1930 no estado da Paraíba. Para alcançarmos tal objetivo, debruçamo-nos na seleção e catalogação de dados de fontes históricas, mais precisamente a *Revista do Ensino* (PB) como fonte primária, e o Programa de Ensino da Escola Normal da Paraíba como fonte secundária de pesquisa. Como resultados, entendemos que a preparação do professor para o ensino primário, e as próprias inovações metodológicas propostas no período, a partir de impressos pedagógicos como fonte de pesquisa, revelam significativos aspectos da formação docente em um período que antecede a criação de cursos superiores de Geografia no Brasil.

A renovação escolanovista e a Revista do Ensino da Paraíba

O período de 1930 foi marcado por grande efervescência no campo político, dirigido pelo presidente Getúlio Vargas que estabeleceu um projeto de brasilidade, no qual se objetivava a regeneração do povo brasileiro nos aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais (DIAS, 2021). Visando efetivar a modernização, o desenvolvimento industrial e urbano com propósitos fundamentados na reconstrução nacional, ademais, as políticas educacionais e sanitárias se tornavam o ponto basilar na intervenção da estrutura social-brasileira.

Nesse mesmo tempo, as discussões sobre o ideário escolanovista foram profícuas. Em referência a isso, Aranha (2006) salienta que esse período foi assinalado por divergências de interesses que se contestavam através de dois grupos: um grupo liberal que defendia e pretendia designar o escolanovismo, a fim de modificar e democratizar a sociedade através da instituição escolar, e um outro de conservadores caracterizados

como católicos, defensores da pedagogia tradicional de Herbart, que viam no novo ideal uma ameaça direcionada à fragmentação dos princípios da Igreja, instruídos nas escolas.

Tendo em vista esses conflitos protagonizados pelos conservadores e liberais, um documento denominado como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo e outros renovadores, foi difundido no ano de 1932. O manuscrito tinha como finalidade disponibilizar diretrizes para uma reforma educacional, sendo assim, intelectuais como Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Lourenço Filho, entre outros, conseguiram instituir significativas mudanças nas escolas em diversos estados brasileiros, renovando o modelo educacional do país.

Na Paraíba, as discussões sobre as questões educacionais ganhavam forte embasamento na esfera política e entre os intelectuais diligentes, adeptos aos ideais escolanovistas. Dessa forma, realizou-se uma intensa observação nas atuações de outros estados, no que diz respeito à instrução pública, já que para alcançar uma paisagem urbanística e desenvolver a industrialização no estado, seria necessário acontecer modificações acerca do ensino, implementando novas diretrizes, preponderantemente na Escola Normal, uma vez que os mestres deveriam estar preparados para transpor e criar, através do conhecimento, novas condutas.

“Na Paraíba, um dos principais difusores dos ideais escolanovistas foi o professor José Batista de Mello, um dos intelectuais mais sintonizados com as políticas educacionais implementadas pelo estado ao longo de toda a era Vargas”. (PINHEIRO, 2002, p. 186). Posto isso, o governador Argemiro de Figueiredo de antemão preocupado com os caminhos da instrução pública, convidou para o cargo de diretor do ensino primário, originado em 1931, o professor Baptista de Mello, a fim de efetuar as reformas na educação que já ocorriam pelos estados do Brasil.

A programação para inserir a Paraíba nas novas prescrições metodológicas se intensificou, após a visita do professor as cidades mais industrializadas, Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa maneira, a intenção era de se inteirar do desenvolvimento educacional das grandes metrópoles. Assim, o docente enfatiza as necessidades para uma reforma no ensino:

Estudando cuidadosamente a organização escolar dos dois grandes centros brasileiros, tive em vista, particularmente, dela tirar o maior proveito para o ensino paraibano. Não tenho a veleidade de querer transplantar para o nosso Estado os trabalhos notáveis que realizam o Rio e São Paulo. Além da impossibilidade material, o nosso meio não comportaria ainda uma renovação completa no seu aparelhamento de educação. Mas precisamos agir. De qualquer forma urge dar novos rumos à Instrução do Estado. Se não podemos fazer mais, façamos, ao menos, o rigorosamente necessário. O simples ensino de letras, no amontoado de seus programas, sem outra finalidade que a de

formar literatos e burocratas, este é que precisa, antes de tudo, ser modificado. [...] O professor que é o centro de todas as questões escolares, o obreiro dessa tarefa grandiosa de formação social, necessita de estímulo e da indispensável cultura ao integral desempenho de sua missão. (MELLO, 1996, p. 108-109).

Logo, tornava-se explícito o propósito de transformar a educação, a princípio, atrelando a modificação na conjuntura do ensino normal. Por conseguinte, o início deveria ser assegurado na mudança dos programas, os quais não se adequavam aos novos moldes da educação progressiva, ou seja, não seria possível introduzir os projetos do ideário escolanovista sem alterar a conduta e a atuação do professorado paraibano. Sobre isto, Pinheiro (2002, p. 187) afirma:

Os gestores do estado paraibano, visando melhor qualificar os professores e, conseqüentemente, transformá-los em agentes ativos na difusão das ideias escolanovistas, recorreram à publicação da Revista do Ensino, à realização de semanas pedagógicas e ao intercâmbio de professores, inspetores, diretores de grupos escolares com profissionais de outros estados, principalmente o de Pernambuco, que, segundo Batista de Mello, há alguns anos, [podia] orgulhar-se do Brasil.

Nessa perspectiva, foi criada e produzida pela Imprensa Oficial, a *Revista de Ensino* da Paraíba, através do Decreto nº 287, em 8 de junho de 1932, tendo como idealizador e primeiro editor, o professor e diretor do Ensino Primário José Baptista de Mello. Nesse contexto, a criação da *Revista do Ensino* foi uma das primeiras medidas na gestão de José Baptista de Mello, visando ao maior e melhor aprimoramento do corpo docente.

A Revista circulou durante o período de 1932-1942 e caracterizava-se por ter uma natureza técnico-pedagógica. Contudo, muitas das políticas educacionais vigentes e informações gerais contribuía para agregar conhecimento no avanço da educação. Em seu ciclo de existência, este periódico educacional passa por duas fases: a primeira, entre 1932-1935, que trata de divulgar e preparar o professor, no que se refere aos pressupostos da Escola Nova, e a segunda fase, de 1936 a 1942, que ganha nova reorientação pedagógica, principalmente, a efetivação do Estado Novo no Brasil (DIAS, 2021).

Outros projetos, assim como a *Revista do Ensino* (PB), que acompanhavam a modernidade educacional, foram empreendidos na Paraíba com o propósito de formar e preparar os professores primários diante das mudanças exigidas, como a implementação das Semanas Pedagógicas. Estes se apresentaram para contribuir no processo de aprimoramento da instrução, promovendo a socialização entre professores da capital e os

da hinterlândia¹, oportunizando excursões para outros estados, no intuito de o corpo docente paraibano adquirir conhecimento e experiência com a renovação que estava em desenvolvimento entre o professorado brasileiro.

Para tanto, o projeto de renovar a educação estava se desenvolvendo, e as Semanas Pedagógicas cumpriam o papel de divulgar as inovações propostas pela Escola Nova, em suma, os rumos educacionais procuravam adentrar num processo de desconstrução da antiga Pedagogia para a inserção de um modelo didático-pedagógico inovador.

No rol de projetos, também se destaca a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, constituída mediante o Decreto nº 497 de 12 de março de 1934. De acordo com Mello (1996), referente ao Art. III, a escola dispôs de um curso regular de 2 anos, entre os dias primeiro de março a quinze do igual mês. Seguem as disciplinas ofertadas no Quadro 1:

Disciplinas ministradas
Psicologia;
Educação Sanitária;
História da Pedagogia;
Metodologia;
Artes e Indústrias Domésticas;
Desenho e Trabalho Manuais;
Educação Física;
Língua Portuguesa e Literatura Nacional;
Matemática;
Ciências Físicas e Naturais;
Educação Artística;

Quadro 1: Programa curricular da Escola de Aperfeiçoamento

Fonte: Adaptado de Mello (1996).

As disciplinas elencadas acima demonstram um caráter moderno dentro dos parâmetros da Escola Nova, integrando as disciplinas de Psicologia, vista como um pilar da escola progressiva, a Educação Sanitária para criar uma cultura higienista, a

¹ Hinterlândia: conjunto de terras situadas no interior.

Metodologia para auxiliar na construção e aplicação dos métodos de ensino, Artes e Indústrias Domésticas, Desenho e Trabalhos Manuais que apontavam significativamente a caracterização da escola-trabalho que estava sendo desenvolvida. Além de qualificar os professores, através das disciplinas pedagógicas, fica-nos evidente que a Escola de Aperfeiçoamento de Professores preenchia uma lacuna existente na formação do professor, através de seu programa formulado ainda no Brasil Império.

No período que marca nosso recorte temporal (1932-1942), ocorreram três Semanas Pedagógicas, apresentando as ações do professorado primário. A título de exemplo, tivemos os trabalhos manuais, jogos, mapas e desenhos, além de preleções sobre diversas temáticas importantes da época e as excursões aos estabelecimentos de ensino, visando identificar os problemas e prover as melhores soluções.

A *Revista do Ensino* da Paraíba e outras iniciativas, como as Semanas Pedagógicas, destinavam-se à formação dos professores para o ensino primário, e contribuíram para a construção de um projeto de Nação, como para a propagação da ordem e do civismo, acompanhando a proposta de modernização e inovação de uma época. O contexto que o estado da Paraíba mostra neste recorte temporal afirma que este acompanha o que vem acontecendo em âmbito nacional, quebrando o estereótipo de estado atrasado e à margem do centro.

As diretrizes escolanovistas e o ensino de Geografia na Revista do Ensino da Paraíba

Diante dos fatos e relações constitutivas da realidade educacional paraibana supra-apresentados para o período em tela, a Geografia escolar foi uma disciplina fundamental para a construção e consolidação de um projeto de nação moderna, industrial e urbana. Na Paraíba especificamente, mesmo diante de um contexto produtivo distinto daquele encontrado nos estados mais desenvolvidos, esse projeto também tem sua versão implementada e a Geografia foi tomada como disciplina central para os planos que se pretendiam para a educação primária. Uma educação para formação do cidadão era importante naquele momento quando o estado aspirava à modernidade, mas ainda se mantinha em bases agrícolas. (DIAS, 2021).

Desta forma, é correto afirmar que o movimento renovador, da década de 1930, ocorreu “numa conjuntura de construção e consolidação do Estado capitalista burguês.” (KULESZA, 2002, s/p). Isto porque a proposta escolanovista de romper com o modelo tradicional de educação demandava altos custos, o que aprimorou a qualidade do ensino

das elites. Para os menos favorecidos, fica uma educação menos acadêmica e mais técnica, que pretendia formar uma massa de trabalhadores assalariados, corroborando com os anseios do mercado capitalista. (CARVALHO, 2009).

É neste contexto de “ideário reformista pedagógico” (MATE, 2002, p. 41) que as revistas sobre educação ganham maior expressividade, sendo estas responsáveis por divulgar orientações sistemáticas, estabelecidas a partir de programas das reformas de ensino, contendo regras e normas de funcionamento escolar, tradução de novas tendências pedagógicas, trazidas do exterior, e recriação de métodos pedagógicos.

No caso da nossa fonte de pesquisa, a *Revista do Ensino* (PB), desde os primeiros artigos publicados na *Revista de Ensino* (PB), os autores já frisavam sobre a importância de o mestre estar articulado com as novas diretrizes educacionais, como assinala o Mons. Pedro Anísio:

No ensino tem, como é fácil de adivinhar, importância inconfundível com o interesse imediato, que nasce do próprio objecto. O menino afeiçoa-se ao estudo, applica-se á materia que aprende, por causa do gosto que nisso experimenta. Para obter este resultado bastará ao mestre adaptar o ensino, só lhe apresentando objectos que com elle tenham conexão. Neste grande principio assenta a idéa fecunda dos jardins de infancia, do ensino intuitivo e da escola activa². (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 24).

Em face disso, a Escola Nova apresentava a criança como principal base e centro da instituição escolar, efetivando o processo de ensino por meio de um conjunto de variáveis, entre as quais se destacavam a realidade, emoções e interesses dos discentes. Por consequência, novos caminhos foram traçados para estimular a curiosidade e o interesse do aluno.

Ademais, cabe ressaltar que “a *Revista do Ensino* (PB) expressa o entusiasmo e princípios da Escola Nova, porém a variação de métodos (intuitivo e/ou ativo) por vezes dificultava a aplicação de seus princípios” (DIAS, 2021, p. 134). Apesar de a Escola Nova estar alicerçada no método ativo, que impulsiona os sujeitos aprendizes a realizar suas próprias atividades e, dessa maneira, concretizando experiências inteligentes, não se pode negar a utilização do método intuitivo na prática escolanovista, caracterizado pelo contato direto dos alunos com os objetos presentes no contexto educacional. Destarte, a aplicação dos dois métodos constituía-se em uma homogeneidade metodológica. Consequentemente, esse fato também nos revela o modo descentralizado com que os novos ideais foram implantados em diferentes lugares. Argumentando sobre o método ativo, Anísio Teixeira enfatiza:

² As citações aqui apresentadas mantêm sua forma original de escrita.

Para os elementos mais radicais, o problema se pôs em termos claros. A criança é a origem e o centro de toda a atividade escolar. A sua atividade impulsiva e espontânea deve governar a escola, que se transforma em um pequeno mundo, feito à sua imagem e semelhança. (REVISTA DO ENSINO, nº 3, 1932, p. 7).

De acordo com o trecho supracitado, as tendências livrescas não mais cabiam no ensino, dado que o aluno não se interessava pelas coisas excessivamente distantes e sem conexão com a sua existência, corroborando, assim, em um conhecimento infértil e incapaz de ser aplicado pelos alunos nas ações do dia a dia.

Para realizar a transformação do saber do aluno, o docente deve habilitar seus diversos conhecimentos, provenientes de suas experiências, para fomentar a troca de relatos e desenvolver atividades e problemáticas que possibilitem o aprendizado concreto, baseado na vivência. Sobre isto, Dewey (1942, p. 187) elucida:

Em suma, método de ensino é o método de uma arte, de ação inteligentemente dirigida por objetivos. Mas a prática de nenhuma das belas-artes é coisa obtida num improviso ou pela inspiração. É essencial o estudo das operações e dos resultados daqueles que no passado foram bem sucedidos.

O professor, como agente nesse processo de transformação, deveria corporificar os métodos e transmiti-los para os alunos de maneira organizada e eficaz, porque apenas a vocação não bastava por si só para realizar as mudanças intensas e necessárias para construir um novo modelo de sociedade, como podemos observar a seguir:

A curiosidade do menino reclama, sobretudo, objectos concretos, vivos, animados. As acções humanas com suas luctas, perigos, surpresas, conquistam--lhe facilmente a atenção. Cumpre ao mestre aproveitar-se da curiosidade do alumno para o ir levando, aos poucos, das noções concretas às abstractas[...]" (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 26).

Sendo assim, "somente quando nos capacitamos da necessidade de modos de ensinar mais fundamentais e eficazes é que podemos ficar certos de dar ao ensino escolar seu verdadeiro lugar" (DEWEY, 1959, p. 4). Logo, as prescrições asseguravam-se no uso de métodos distintos do tradicional, visto que o enfoque apenas em assuntos passados sem dinamismo, em sala de aula, ocasionava a paralisação das possíveis aptidões dos discentes, anulando a alegria de aprender e realizar novas práticas. A saber, "a criança sente necessidade de mover-se, de experimentar, de conhecer as coisas". (LIMA, 2016, p. 95).

Tal argumento compete principalmente ao ensino de Geografia, o qual necessita da união dos alunos ao meio natural, viabilizado pelo contato direto com sua realidade próxima, em uma vivência singular, pautado em uma meta objetiva de estimular o

interesse e fornecer bases sólidas sobre a dinâmica existente entre homem e a natureza. Diante desse cenário de renovação, o professor seria essencialmente responsável por proceder as alterações cruciais sobre os novos processos de ensino, visando a uma apreensão de conhecimento satisfatório.

Envolvido pelos ideais reformadores e objetivando a renovação das práticas geográficas na escola, como também a constituição da Geografia moderna, destaca-se a figura de Delgado de Carvalho, lente do Colégio Pedro II. Seguindo uma vertente patriótica, mas imbuído de ideias educacionais renovadas. Ele foi defensor não só de uma Geografia brasileira, mas também da renovação de métodos específicos de ensino em sala de aula.

Delgado de Carvalho foi um precursor dos ideais escolanovistas na Geografia escolar, bem como difusor de uma Geografia moderna em sala de aula (ROCHA, 1996; ALBUQUERQUE, 2011; CABRAL, 2018; DIAS, 2021). Esta relação, entre Geografia moderna e Escola Nova, deu-se na confluência dos ideais que este autor pretendia difundir. Pois como se pode verificar em diversas obras sobre o escolanovismo, este também tinha como pretensão conformar o cidadão à situação posta pela sociedade moderna. Dessa forma é que este autor se aproxima de um debate da Pedagogia que comungava com seus ideais e com os propósitos da sua Geografia. Para Zanatta (2013), Delgado teve seu pensamento fortemente influenciado por Dewey, e sua participação como signatário da Escola Nova “foi fundamental para a difusão da geografia moderna e para seu reconhecimento oficial da disciplina nos currículos escolares.” (ZANATTA, 2013, p. 56).

Sendo assim, nesse momento, a Geografia como disciplina escolar, começava a ocupar um posto importante diante das reivindicações da época, pois estruturaria o patriotismo nacional a partir dos princípios espaciais. Do ponto de vista da organização dos conteúdos, o ensino de Geografia tinha início pelo reconhecimento do meio mais próximo da criança – a sala de aula, a escola, o bairro, a cidade - e evoluía para a representação gráfica, valorizando as riquezas do país (SOUZA, 2008). Mesmo com a propagação de uma Geografia moderna que tinha bases nas proposições escolanovistas, “uma das principais finalidades da matéria continuava sendo a formação cívica e moral do povo e a melhoria da nação brasileira” (SOUZA, 2008, p. 68). A Geografia assim era uma disciplina rica em valores patrióticos, e foi um dispositivo para propagação e difusão dos ideais nacionalistas no ambiente escolar.

Sendo assim, Carvalho (1925) seguia destacando a importância de um ensino ativo para a Geografia e gerava questões pertinentes: como desenvolver a cidadania e

cidadãos conhecedores de sua nação num âmbito escolar, no qual o professor dispõe apenas de um recurso chamado memória. Em outras expressões:

Para este fim deve ser armado o professor de todos os processos modernos de explanação e demonstração, desde o gráfico, o diagrama, o cartograma, o esboço, o corte, a estatística, até a simbolização concreta, artificial, no tabuleiro de areia e no pátio etc. Ele deve saber como se prende a atenção dos meninos, como se fala à sua imaginação, em linguagem geográfica. A história e a geografia são disciplinas de nacionalização por excelência e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apóstolo. (CARVALHO, 1925, p. 42).

Dessa forma, o autor almejava uma mudança educacional, uma vez que para ele os objetivos do ensino de Geografia só se concretizariam mediante a novas práticas pedagógicas, focadas na utilização de elementos do dia a dia do alunado, portanto, criando uma mentalidade nacionalista. Compartilhando do mesmo pensamento sobre o ensino geográfico, Dewey (1959) acreditava que a Geografia efetua o conhecimento crítico através de um vínculo entre os eventos naturais e enfoques sociais, iniciados a partir de círculos concêntricos – principiando do mais perto ao mais distante. Outro problema que causava um déficit na aprendizagem dos alunos em relação à Geografia era a falta de comunicação mútua entre eles e os professores durante a aula. Sobre isto, em publicação na *Revista do Ensino* (PB), Dewey esclarece:

Os professores tem o habito de falar muito. Grande número delles, a maioria, talvez ficariam sorpresos se pudessem, no fim do dia, calcular o tempo que levara, a falar, comparando-o com o que foi dado a cada alumno para o mesmo fim. Muitas vezes os alumnos devem contentar-se com responder às perguntas com phrases curtas ou proposições isoladas e sem connexão. (REVISTA DO ENSINO, nº 12, 1936, p. 39).

O professor imerso no conteúdo dos livros didáticos, muitas vezes, não conseguia construir e ampliar uma discussão que estivesse baseada na realidade próxima dos discentes, dessa forma “o methodo moderno do ensino de geographia tende a transformar a aula em uma reunião de estudiosos das questões geographicas, discutindo entre si os pontos indicados pelo professor que conduz a discussão”. (CARVALHO, 1925, p.114) Em contrapartida, é imprescindível que o docente promova uma comunicação mútua em sala de aula, uma vez que a criança é um ser ativo, que habita e transforma o espaço.

Tais discussões tendem a formar cidadãos críticos, adeptos de uma democracia ativa, defensores dos direitos sociais e naturais. Nesse ínterim, a troca de experiência deveria, pois, ser recíproca, não só levantando discussões e problemáticas entre docente

e discente, mas entre os próprios alunos, oportunizando, através do professor, a ativação da experiência inteligente.

Ao realizar-se a reformulação do programa primário na Paraíba, os conteúdos preconizados objetivavam unir os espaços corriqueiros dos estudantes à prática de ensino, como o escolanovismo recomendava. Assim, era essencial que na aula de Geografia no 1º ano, os professores tivessem de “Levar os alunos a um ponto de onde possa mostrar a direcção do rio principal da estrada de ferro, das de rodagem e dos municipios visinhos. Excursões ás usinas, fazendas, etc.” (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 80). Após isso, as excursões seriam trabalhadas tanto no quadro negro, quanto no tabuleiro de areia, servindo de base para as próximas séries que trabalhariam aspectos da Geografia geral.

Segundo Carvalho (1925), as excursões escolares não se fundamentavam apenas na condução do aluno para outros locais, mas se caracterizavam como ferramenta de conexão entre a escola e o ambiente social. Destarte, os professores teriam que coordenar a excursão de forma inteligente, dando ênfase aos espaços visitados, provendo significados aos objetos, logo, desenvolvendo o recurso imaginativo, podendo deslocar-se para longe e ampliando os sentidos da criança, caso a excursão se configurasse em uma viagem banal, de nada serviria para o saber geográfico.

Em face do exposto sobre a orientação moderna para o ensino de Geografia e as prescrições destas a partir da *Revista do Ensino* (PB), passamos então a analisar a estruturação do Programa da Escola Normal, para entender como a formação pedagógica proporcionou a promoção de tais prescrições supracitadas para o ensino de Geografia.

A estruturação do Programa da Escola Normal (1932-1942)

No que diz respeito ao programa curricular da escola normal da Paraíba, este se encontrava inadequado quando comparado às práticas pedagógicas estabelecidas na época, tanto em perspectivas metodológicas, quanto em relação à aspiração do aparelho governamental. Dessa forma, a *Revista de ensino* (PB) se caracterizou como dispositivo fundamental na exteriorização do novo painel educativo para os professores, uma vez que o currículo em atividade divergia dos moldes pretendidos.

Um currículo que atendesse a nova configuração social e educacional, delineada pelos prismas de uma sociedade urbano-industrial, fazia-se necessário, tendo em vista que sua implementação consolidaria a direcção docente na constituição de um padrão

formativo alicerçado na modernização. Além de sua importância elucidativa que fornecesse base para o ensino de maneira geral, o currículo pode ser considerado como “dispositivo para reproduzir as relações de poder existentes na sociedade” (GOODSON, 2019, p. 96). Isto é, um currículo em operação origina determinados controles, referentes às performances dos professores com o objetivo de subsidiar a conduta do alunado.

Nesse sentido, a epistemologia da escolarização foi submetida às transformações que fossem intrinsecamente conectadas aos domínios do trabalho, concernindo o currículo como ferramenta precípua para tal acontecimento. Portanto, a esfera pedagógica se caracteriza como prática social, através de seus elementos que condicionam contextos sociais e relações culturais (GIROUX, 2000). Isto significa que um programa curricular, apoiado nas idealizações do governo Vargas, auxiliaria na inserção de novas pontes normativas, a fim de constituir uma pedagogia de ofício.

No que diz respeito ao currículo no ensino primário, a reestruturação do programa tornava-se premente em função de dois pontos importantes: um se manifestava na importância de apresentar bases sólidas, durante esse período, para desenvolver corretamente aspectos ligados ao emocional, social e a cognição, e o outro ponto se remetia a aculturar as crianças desde cedo a um patriotismo acentuado, com o intuito de posteriormente não encontrar obstáculos desarmônicos a estas finalidades.

A reorganização das disciplinas escolares, sobretudo, significava uma configuração educacional moderna, prontificada para constituir nas crianças novas concepções intelectuais. Nessa perspectiva “uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina [...]” (CHERVEL, 1990, p.190). No que se refere a Geografia, sua atribuição como disciplina escolar perpassava o conhecimento do espaço em sua totalidade, a fim de promover grande estima no alunado, em virtude das riquezas brasileiras.

Goodson (1997) pontua que a forma que o currículo é estruturado propende sentimentos positivos por algumas disciplinas e o desgosto por outras, engendrando assim, o grau de facilidade e dificuldade de cada uma, dado que estão ligadas ao interesse do aluno. Posto isto, compreendemos que o currículo escolar é um mecanismo que corresponde à efetivação dos padrões que o governo deseja manifestar através das disciplinas, estabelecendo, assim, os princípios e convicções que devem ser adotados pela sociedade em determinada época. Acerca disso, John Dewey (1959, p. 44) trata da seguinte maneira, “dirigindo a atividade de seus membros mais novos, e determinando-lhes, por esse modo, o futuro, a sociedade determina o seu próprio.”.

Nesse sentido, o currículo está intimamente conectado aos planos de construção e desconstrução para produzir e determinar culturas, a saber, o programa curricular exerce um posto essencial na educação, visto que o objetivo pertencente às produções de saberes é preconizado para ser expandido no meio social e transferir tais conhecimentos a outras gerações. Nessa perspectiva, “[...] quando os padrões são explicitados, percebe-se que o currículo escolar está longe de ser um factor neutro”. (GOODSON, 1997, p. 17).

A última sistematização do programa da escola normal na Paraíba foi efetivada a partir do regulamento de Nº 33 de 1886, não estruturando mudanças até o período estudado. De acordo com a constituição, o Quadro 2 sumariza quais as disciplinas trabalhadas e como foram organizadas pelo regulamento:

1º ANO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Português	3 horas
Matemática	1 hora
Desenho	1 hora
Música	1 hora
Ginástica	1 hora
Religião	1 hora
Trabalhos de agulha	1 hora
Total	10 horas
2º ANO	
Português	2 horas
Matemática	3 horas
Geografia	2 horas
Elementos de ciências físicas e naturais	3 horas
Desenho	1 hora
Música	1 hora
Ginástica	1 hora
Trabalhos de agulha	1 hora
Total	14 horas

3º ANO	
História	3 horas
Elementos de ciências físicas e naturais	2 horas
Pedagogia	2 horas
Trabalhos práticos	10 horas
Total	17 horas

Quadro 2: Programa de ensino da Escola Normal em 1886 –
Fonte: Adaptado de Araújo (2010).

A princípio, percebemos a ausência da disciplina de Psicologia, indicando que o programa da Escola Normal apresentava inadequação consoante aos novos saberes prescritos. A criança, considerada como ponto central no escolanovismo, necessitava ser compreendida em suas diversas formas e a partir do seu espaço social, tendo em vista que para realizar a modernização no âmbito escolar, o docente abriria mão de julgamentos repentinos, analisando toda a conjunção de fatos relacionados à criança. É o que salienta o professor J. Vinagre:

É comum ouvir-se educadores lamentarem-se que na classe que dirigem há alumnos desattenciosos, irrequietos, com pouco poder de apprehensão, que nada aprendem, tornam-se muitas vezes grosseiros para com os proprios collegas e professores. Procuraram já os mestres observar esses alumnos, estudando mesmo as causas provocadoras de todas aquelas manifestações? Levaram mesmo ao conhecimento do médico escolar todas essas anormalidades observadas? (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 55).

Diante disso, o conhecimento sobre o aluno demandava uma compreensão acentuada, assimilando a criança mediante o seu lugar e seus comportamentos na escola, procurando manter o contato com os pais, para, dessa maneira, abdicar de análises rasas e errôneas:

É de importancia maxima para que o ensino consiga uma eficiencia comprovada e para que o Estado tenha um resultado mais compensador na applicação de suas rendas com a difusão do ensino primario que, dia a dia, se desenvolve, sejam todos os alumnos das escolas submettidos logo no início dos trabalhos letivos, a exames medicos e mentaes. (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 55).

É imprescindível ressaltar que os testes mentais da área da psicologia, concernente ao desenvolvimento do aluno no processo de ensino aprendizagem, eram extremamente importantes no sentido de indicar quais atividades as crianças teriam mais êxito ou dificuldade, uma vez que a análise realizada pelo professor determinaria a

metodologia mais adequada para ser trabalhada com o alunado. Desse modo, identificamos que o estado tinha pressa em receber os retornos dos investimentos que foram feitos na educação, objetivados na construção de um povo cívico, preparado para o trabalho. Segundo Carvalho (1925), o estado teria que contribuir com a inteligência do povo, oferecendo suporte para a Escola Normal perpassar os valores patrióticos para as crianças que seriam o futuro da nação e a Geografia, como sendo a disciplina chave na direção da civilidade.

No entanto, compreendemos que o programa curricular, no que se refere à Escola Normal da Paraíba, não conseguiu abarcar as prescrições metodológicas proferidas pelo movimento escolanovista, apresentando grandes lacunas nas disciplinas pedagógicas e nos assuntos estruturados, então existentes no programa. Os professores primários deveriam ensinar, sobretudo, através da Geografia, os princípios da pátria brasileira, produzindo nas crianças o orgulho de pertencer ao Brasil, com o propósito que se tornassem incontestáveis nacionalistas, preceitos esses que a Escola Normal deveria difundir para os futuros professores.

“O mestre deve procurar demonstrar ao aluno, no ensino de geografia, de que modo o meio age sobre o homem e de que modo o homem reage ou se adapta.” (CARVALHO, 1925, p. 69). Nessa perspectiva, o ensino em Geografia deveria estar centralizado nas interferências sobre a natureza realizadas pelo homem e os resultados advindo de tais ações, inserindo grandes pontos de reflexão na criança, fomentando o espírito da responsabilização, estando relacionado à execução de atividades no meio ambiente. Logo, os conteúdos de Geografia que eram abordados:

Indicação das terras e dos mares. Continentes. Explicação das cartas geográficas. Descrição sumária de cada uma das partes do mundo. Quanto a cada país apenas: a raça, a língua, a religião, o governo, a população, a capital e cidades principais, os acidentes geográficos mais importantes. Estudo mais desenvolvido da América do Sul. Geografia do Brasil e particularmente da Província de Paraíba. (Regulamento de nº. 33 de 14 de fevereiro de 1886).

No assunto exposto acima, compreendemos que os temas contemplados na disciplina de Geografia que correspondem à formação do professor primário, se constituíram de um caráter abrangente, destacando os elementos naturais e humanos, enfatizando as representações espaciais, explicitando as temáticas geográficas regionais, nacionais e mundiais, realçando os acontecimentos mais importantes, ou seja, conteúdos de cunho universal que formam o escopo clássico da disciplina geográfica, portanto, não

desenvolvendo as particularidades que envolvem a realidade dos alunos na prática educacional.

Diante dessa percepção geral apresentada através dos conteúdos de Geografia pelo Programa da Escola Normal, percebemos que ele se apresentava defeituoso para os novos preceitos educacionais que deveriam ser ensinados aos alunos do ensino primário, Anísio Teixeira destaca: "Em geografia, por exemplo, os conhecimentos da criança serão ordenados em torno da sua casa, da sua rua, da sua cidade[...]." (REVISTA DO ENSINO, nº 3, 1932, p. 19).

Segundo Carvalho (1925), a observação direta do ambiente era a melhor maneira de iniciar o aprendizado em Geografia, dado que seria uma habilidade próspera, caso fosse praticada de forma recorrente. Outrossim, essa prática deveria partir da vivência do aluno, desenvolvendo-se do mais próximo ao mais distante, havendo uma integralização da criança em sua realidade, ampliando a sua visão diante da conjuntura do espaço e criando uma perspectiva inteligente acerca do objeto estudado, em suma, transformando sua experiência.

A disposição e interesse do aluno é imprescindível para suceder um conhecimento eficiente, "por isso, se tivermos em vista despertar a inteligência e o pensamento e, não, meras aquisições de palavras, a primeira apresentação de qualquer matéria na escola deve ser a menos acadêmica e escolástica possível." (DEWEY, 1959, p. 167). E assim, deveria ser o ensino de Geografia para o ensino primário, configurado no cenário do contato direto com a realidade.

Do ponto de vista curricular, Araújo (2010) relata que o programa considerou mais fortemente a formação do professor primário nos aspectos culturais do que pedagógicos. A renovação do programa era necessária, pois, só assim, o professor conseguiria internalizar os métodos de forma intensiva.

O Sexto Congresso Nacional de Educação foi relevante não apenas para expor os problemas da instrução pública da Parahyba do Norte, bem como para apresentar propostas para renovar a educação, principalmente no que se refere à escola normal. Diversos professores, de vários estados estiveram presentes neste evento educacional, relatando os progressos empreendidos mediante os novos métodos e buscando melhorias.

Este evento ocorreu em Fortaleza, no ano de 1934, tendo como presidentes de honra, o chefe do governo provisório Getúlio Vargas, e o interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça. Além disso, representantes do estado paraibano, foram enviados pelo governo, o professor e diretor do Ensino Primário José Baptista de Mello, e o dr.

Manuel Florentino, professor de História no Liceu Paraibano e diretor da Secção de Bacteriologia da Diretoria da Saúde Pública. Neste, uma das solicitações realizadas pelos representantes Baptista de Mello e Manuel Florentino ocorreu na mudança do programa da Escola Normal:

E' natural que seja a Escola Normal o ponto de partida da réforma que aludimos. Por sua propria finalidade esse estabelecimento deve aparelhar-se de fóruns a preparar professores capazes de dar uma orientação eficaz e prática ao ensino. Seus programas estão a merecer urgentes modificações, e entre os pontos que julgamos merecedores de reparos estão a ausencia de uma cadeira de psicologia, uma de educação sanitaria, e a falta de um desenvolvimento adequado e indispensavel na de trabalhos manuais que deve abranger determinadas artes e pequenas industrias. (REVISTA DO ENSINO, nº 8 e 9, 1934, p. 15).

A *Revista de Ensino* (PB) se mostrava indispensável e extremamente importante na construção da nova mentalidade que o professor deveria ter, com suas publicações de formação técnica e profissional pedagógica. Dessa maneira, alcançou um considerável público docente, dando espaço aos professores da hinterlândia, que eram conhecedores das novas prescrições metodológicas, contudo a renovação do programa deveria acontecer de maneira imediata para acompanhar o novo momento educacional. De modo que se realizou uma outra demanda do professorado, que fora a escola de aperfeiçoamento:

“Como em todas as carreiras, o magisterio tem seus pontos de acessos, como o de diretores de grupos e inspetores escolares, que devem ter um preparo mais solido de mais técnica que do que o dos simples regentes de escolas.” (REVISTA DO ENSINO, n 8 e 9, 1934, p. 12). Tendo em vista que todos os olhares estavam direcionados para a prática educacional moderna, a escola de aperfeiçoamento tinha como objetivo garantir o progresso do professorado paraibano, viabilizando uma ótima qualificação na formação do corpo docente, através das disciplinas pedagógicas, promovendo, assim, de modo qualitativo, o nível intelectual e moral necessário ao fazer didático.

Considerações finais

Assim sendo, compreendemos a relevância da *Revista de Ensino* (PB) acerca da construção do novo itinerário social, econômico e cultural que estava sendo traçado a partir de um processo educacional objetivado para transformar o cenário de escolarização, adicionando a criança em um panorama de perspectivas tencionadas ao

trabalho, visando edificar a sociedade através da disciplina, responsabilidade e honestidade. Nessa atmosfera de grandes alterações no meio social, a Geografia detinha a competência de apresentar as crianças o seu lugar, os aspectos físicos e humanos que permeavam sua existência, aspirando à afetividade pela sua pátria, criando, assim, o patriotismo, pretendendo cessar conflitos e iniciar um período de fraternidade entre os brasileiros.

Diante disso, cabia aos professores primários a transição de uma pedagogia tradicional para uma pedagogia ativa atenta aos interesses do alunado, entretanto a formação dos normalistas necessitava de grandes atribuições, relacionadas aos novos moldes da educação, porém, pudemos observar a estagnação do programa curricular para a escola normal, ampliando ainda mais a importância da *Revista de Ensino* (PB), uma vez que seus artigos preconizavam um aporte extenso das finalidades desejadas ao docente; renovar sua mentalidade e suas práticas metodológicas. Não obstante, a Escola de Aperfeiçoamento obteve uma característica dualista, tanto no seu objetivo de aprimorar a profissão docente, como preencher a lacuna no programa curricular da Escola Normal paraibana.

Ao longo do texto, podemos perceber que mesmo em um período que propagava a renovação educacional e a modernização dos métodos de ensino, o processo caminhava apresentando inovações e ao mesmo tempo descompassos, o que nos faz afirmar que a Escola Nova não proporcionou uma ruptura com a Pedagogia tradicional. Ao que se refere a preparação dos professores primários no estado da Paraíba pudemos observar a discrepância entre o que era proposto pelo movimento renovador e, portanto, prescrito na *Revista do Ensino* (PB), e o programa curricular da Escola Normal. Mais especificamente sobre a disciplina escolar Geografia, as mudanças se configuram nas propostas de como ensinar, no entanto, permanecem os antigos conteúdos carregados de valores patrióticos e cívicos.

Desta forma, concluímos que analisar a preparação do professor para ensinar Geografia e as próprias inovações propostas para esta disciplina escolar, a partir de impressos pedagógicos como fonte de pesquisa, significa, assim, acreditar que a história da Geografia pode ser delineada por um olhar externo e que estes materiais podem nos revelar significativos aspectos da formação docente em Geografia.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. Século de prática de ensino de Geografia: permanências e mudanças. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Orgs.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação e da pedagogia**. 1 ed. São Paulo: Moderna Ltda, 2012.
- ARAÚJO, Rose Mery de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- CABRAL, Thiago Manhães. As temáticas físico-naturais e a Geografia escolar moderna: grupos políticos, demandas e lutas pela significação curricular na Era Vargas (1930 – 1945). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. v.14, n.25, p.123-157, Ago./Out. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8992>> Acesso em: jun./2023.
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Methodologia do ensino geographico**. Petropolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1925.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. [Tradução de Guacira Lopes Louro] São Paulo: Teoria e Educação, 1990.
- DEWEY, John. **Democracia e Educação**. 3ª ed. [Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira] São Paulo: Companhia Editora nacional, 1959.
- DIAS, Angélica Mara De Lima. **A Revista do Ensino e a Geografia Escolar (1932 – 1942): inovações educacionais na Paraíba**. 2021. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2021.
- GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. [Tradução de Maria João Carvalho] Lisboa: Educa, 1995.
- _____. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. [Tradução de Henrique Carvalho Calado]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-anteriores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/>>. Acesso em: Jun./2023.
- LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Cultura Escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: o espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932 – 1950)**. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In: <<http://pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>> Acesso em: Jun./2023.
- MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: EDUSC; Brasília: INEP, 2002.
- MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino Primário na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: SEC, 1996.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002.

ROCHA, Genylton Odilon Rego. **A Trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837 – 1942)**. 300f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: o ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

ZANATTA, Beatriz A. Contribuições da Filosofia Educacional de John Dewey para a Geografia Escolar Brasileira. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 47 – 64, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/47-64>> Acesso em: Jun./2023.

FONTES CONSULTADAS

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 1, abril. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 2, julho. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 3, setembro. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno III, n. 8 e 9, março. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno IV, n. 12 maio. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

Recebido em 23 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 15 de junho de 2023.

